



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo nº: **0003345-32.2017.8.26.0566 - Controle nº 2016/002975**
Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Fornecimento de Medicamentos**
Requerente: **Paulo Henrique Piovesan Junior**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas.

O autor reiterou o pedido de bloqueio de verba pública.

A Fazenda Pública do Município de São Carlos ofertou impugnação sustentando, em preliminar, falta de caução e falta de interesse de agir por inadequação da via eleita, e, no mérito, que o Estado já iniciou o processo de compra, pois é de sua responsabilidade, obediência a requisitos para dispensa de licitação, afastamento da litigância de má-fé e da condenação em crime de desobediência diante do “*bis in idem*” e, por último, o não sequestro de verbas públicas por ser medida excepcional.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo não ofertou impugnação.

Foi determinado o sequestro de verbas públicas.

É o relatório.

Decido.

O autor comprovou nos autos a compra dos equipamentos com os valores sequestrados e não houve impugnação aos documentos pelos executados.

Assim, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Desnecessária a apreciação dos argumentos constantes na impugnação

0003345-32.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

apresentada em razão da presente sentença.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante do fornecimento dos equipamentos antes da presente decisão, ainda que em decorrência de sequestro de verbas públicas, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 16 de novembro de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**